

AGRURAS DAS CIFRAS: ESTATÍSTICAS E A DINÂMICA DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DO PARÁ NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA

BITTERNESS OF NUMBERS: STATISTICS AND THE DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF THE ENSLAVED POPULATION OF PARÁ AT THE TIME OF INDEPENDENCE

LOS PROBLEMAS DE LOS NÚMEROS: ESTADÍSTICA Y DINÁMICA DE LA POBLACIÓN ESCLAVA DE PARÁ EN LA ÉPOCA DE LA INDEPENDENCIA

Daniel Souza Barroso¹

89

Resumo

O artigo tem como objetivo examinar as estatísticas e a dinâmica demográfica da escravidão no Grão-Pará na época da Independência, por meio da análise quantitativa de fontes censitárias produzidas nos séculos XVIII e XIX. Investiga também os ritmos de crescimento da população paraense, procurando evidenciar, a partir da distribuição e das práticas heterogêneas dos cativos em variadas regiões do Pará, ao longo do século XIX, os efeitos de distintos processos econômicos nas suas (re)configurações.

Palavras-chave: Dinâmica demográfica; Escravidão; Pará (Século XIX).

Abstract

In this article, I shall examine the statistics and demographic dynamics of the enslaved population in Grão-Pará at the time of Independence, through the quantitative analysis of census sources produced in the 18th and 19th centuries. I also investigate the growth rates of the population of Pará, with the aim to highlight, on the heterogeneous distribution and practices of the captives in various regions of Pará, throughout the 19th century, the effects of different economic processes on their (re)configurations.

Keywords: Demographic Dynamics; Slavery; Pará (19th Century).

Resumen

El artículo tiene como objetivo examinar las estadísticas y la dinámica demográfica de la esclavitud en Grão-Pará en la época de la Independencia. A través del análisis cuantitativo de fuentes censales producidas en los siglos XVIII y XIX, investigamos las tasas de crecimiento de la población de Pará, con énfasis en la población esclavizada. También verificamos la distribución y la dinámica poblacional heterogéneas de los cautivos en varias regiones de Pará, buscando mostrar, a lo largo del siglo XIX, los efectos de diferentes procesos económicos en sus (re)configuraciones.

Palabras-clave: Dinámica demográfica; Esclavitud; Pará (Siglo XIX).

¹ Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: dsbarroso@ufpa.br

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Em 25 de novembro de 1839, já no ocaso da Cabanagem, o presidente da província do Pará dirigiu um ofício ao major Antônio Ladislau Monteiro Baena. Na missiva, Bernardo de Souza Franco afirmava que “não estava resolvido a dispensá-lo da Comissão encarregada de colher dados estatísticos” do Pará e que aceitava, “com muito prazer”, “mandar imprimir a expensas do tesouro o Ensaio Corográfico [...] por V. Sa. escrito, e fruto de suas indagações quando membro da referida Comissão” (BAENA, 1839, s/n). Essa correspondência se referia a uma Comissão designada, em 6 de julho de 1832, pelo então presidente provincial, José Joaquim Machado de Oliveira, constituída por Baena e os “cidadãos”: Antônio Corrêa Seara, José Thomaz Nabuco de Araújo, Ângelo Custódio Corrêa e Raimundo Fernandes de Souza (p. VIII-IX). Sem atender às expectativas, o único resultado aparente da Comissão foi a publicação do *Ensaio*, com base em anotações feitas por Baena, em 1823, enquanto um dos “Comissários da Estatística” do Pará (p. X).

A preocupação com a estatística constituiu peça fundamental de uma nova arte de governar que se estabeleceu na Europa setecentista. Como nos ensina Michel Foucault (1979), a “governamentalidade” era pautada na necessidade de conhecer quem gerava riquezas, pagava impostos, constituía a força de trabalho e poderia ser convocado à guerra. Em outras palavras, era preciso conhecer a população para governar, sendo a estatística um dos meios privilegiados para tal fim. Essa nova concepção levou os Estados nacionais europeus a produzirem, sistematicamente, diversos tipos de estatísticas – exercício censitário que perdurou nos séculos seguintes, nos quatro cantos do mundo, mesmo após as independências das antigas colônias da Europa, como o Brasil. Nos últimos anos, alguns estudos se dedicaram a investigar a produção de mapas de população e de outras fontes de natureza censitária na Amazônia do século XVIII, seja do ponto de vista historiográfico, seja da análise de dados primários.

O contexto de produção do *Ensaio corográfico*, no entanto, se distancia dessa realidade não somente em relação ao tempo. Em certo sentido, a produção de uma estatística no Brasil recém-independente parte do reposicionamento da relação entre a genealogia dos estados e a genealogia dos sujeitos, nas suas organização e composição. No estágio de formação no qual se encontrava o Estado nacional brasileiro durante os anos de 1830, “conhecer a população para governar” significava, quase que invariavelmente, o alinhamento com uma proposta ideológica em curso de pensar a história do Brasil de forma sistematizada (GUIMARÃES, 1988). A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – silogeu do qual Baena era sócio correspondente –, estava imbricada a uma conjuntura intelectual conformada pelos debates em torno da ideia de “nação” no Brasil, que atribuíam grande importância à figura do indígena, como elemento essencial à construção de uma identidade nacional (KODAMA, 2009).

O *Ensaio corográfico* não foi o único, embora tenha sido o principal, censo organizado no Pará na época da Independência. No presente artigo, por meio desse e de outros dados censitários, examinaremos não apenas a produção estatística, por si, mas também a dinâmica demográfica da população escravizada do Pará na virada do século XVIII para o XIX. O texto é dividido em três partes. Na primeira, discutimos a dinâmica da população cativa paraense, da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão até 1823. Em seguida, analisamos o comportamento demográfico dos escravizados no decorrer do século XIX, tendo

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

como baliza final o ano de 1872 – princípio da década que marcou a desestruturação do escravismo brasileiro como um todo. Por fim, reduzimos a escala de observação da província para as macrorregiões do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, os principais redutos escravistas do Pará oitocentista, com o propósito de observarmos as distintas dimensões desse comportamento.

O ENTRESSÉCULOS ESTENDIDO (1755-1823)

Não dispomos de dados que nos ensejem estimar o peso dos africanos escravizados na população do Pará antes de 1750. Estudos relativamente recentes, como o de Rafael Chambouleyron (2006), têm sinalizado que o número de cativos africanos na Amazônia, entre a década de 1670 e os primeiros anos do século XVIII, não deve ter superado a cifra dos 1.500. Um número pequeno se comparado ao contingente de regiões economicamente mais dinâmicas da América Portuguesa, como Bahia ou Pernambuco, mas que ombreava com a população livre não-indígena existente na Amazônia, constituída por algo em torno de 1.300 habitantes em 1693 (2006, p. 102). Se ambas as estimativas forem pertinentes, o número de habitantes livres não-indígenas e de africanos cativos existentes na Amazônia, antes de 1750, não apresentariam grande diferença entre si. Contudo, a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a presença africana, na região, mudaria decisivamente de patamar.

Como podemos observar nos dados de Walter Hawthorne, coligidos na Tabela 1, entre 1751 e 1787 – um contexto que compreende o monopólio da Companhia de Comércio (1755-1778), além de anos anteriores e posteriores –, 41.602 africanos de diferentes regiões e 3.293 cativos de outras partes do Brasil ingressaram no Grão-Pará e no Maranhão. Do total de 44.895 escravizados que aportaram nessas regiões, 22.481 (50,1%) destinaram-se ao Pará e 22.414 (49,9%), ao Maranhão. Esse equilíbrio deixaria de existir nas décadas após a dissolução, de fato, da Companhia, já atuando no regime de livre comércio, no fim dos anos de 1780. Se observarmos os dados referentes ao tráfico de escravizados para o período de 1788 a 1841, o Pará recebeu 21.382 cativos, menos que um terço daqueles destinados ao Maranhão (77.083) entre 1788 e 1742. Desequilíbrio que foi produto do maior dinamismo econômico apresentado pelo Maranhão no contexto (MOTA; BARROSO, 2017, p. 28).

Tabela 1. Estimativas do tráfico de escravizados destinado ao Grão-Pará (antes de 1750 a 1841)

Período	Nº.	Média anual
Antes de 1750	3.368	-
1751-1787	22.481	607
1788-1800	8.402	646
1801-1815	8.670	578
1816-1841	4.310	166
Total	47.231	-

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Obs: Os dados anteriores a 1750 abarcam as capitanias do Pará e do Maranhão; a partir de 1751, somente o Pará.

Fonte: HAWTHORNE (2010, p. 25-60).

A ausência dos dados originais sobre o tráfico e a existência de um eventual desvio-padrão potencialmente elevado impõem limites à análise em questão. No entanto, a partir das médias, é possível notarmos que não houve alteração expressiva no volume de escravizados ingressados no Pará, nos três primeiros períodos de observação: de 1751 a 1787 (607 cativos por ano), de 1788 a 1800 (646 cativos por ano) e de 1801 a 1815 (578 cativos por ano). Foi somente no quarto período observado (1816-1841) que a média diminuiu significativamente para 165 escravizados por ano. Trata-se, a rigor, de uma conclusão que já havia sido alcançada, entre outros autores, por José Maia Bezerra Neto (2012, p. 62), que argumentou ser “crível duvidar [...] que tenha efetivamente ocorrido uma retração da importação de escravos africanos para o Grão-Pará, mesmo nos anos que seguem mais de perto o fim da Companhia”, quando os setores dependentes dessa força de trabalho “pareciam passar por um momento de crescimento orgânico”.

Diferentes mapas e levantamentos populacionais organizados no Grão-Pará (inclusive na capitania e depois na comarca do Rio Negro) e no Maranhão entre 1774 e 1823 (1821, no caso do Maranhão), sinalizam os elevados ritmos de crescimento das populações dessas regiões, no contexto examinado (Tabela 2). Tendo em vista, especificamente, as populações escravizadas – excetuando somente o Rio Negro, por conta de sua menor representatividade nesses termos –, verificamos que o crescimento das escravarias do Pará e do Maranhão seguiram, em grande medida, a dinâmica diferenciada dos tráficos de escravizados destinados a essas regiões. Enquanto a população escravizada do Pará cresceu às taxas médias anuais de 2,20%, entre 1774 e 1797, e de 1,52%, entre 1797 e 1823, a do Maranhão cresceu às taxas de 3,29%, entre 1774 e 1798, e de 3,67%, entre 1798 e 1821. Em termos absolutos, se, em 1774, o número de escravizados do Maranhão superava o do Pará (inclusive o Rio Negro) em 42,7%, no início da década de 1820, já o superava em 182%.

Tabela 2. Populações (livre e escravizada) das capitanias do Grão-Pará, do Rio Negro e do Maranhão (1774-1823) e suas respectivas taxas médias geométricas de crescimento anual (TCA)

	Ano	Livres			Escravizados			Total	TCA Geral
		Nº.	%	TCA	Nº.	%	TCA		
Grão-Pará	1774	42.578	78,2	-	11.886	21,8	-	54.464 (100,0%)	-
	1797	51.018	72,3	+0,79	19.586	27,7	+2,20	70.604 (100,0%)	+1,13
	1823	101.996	77,9	+2,70	29.015	22,1	+1,52	131.011 (100,0%)	+2,41
Rio Negro	1774	10.604	97,9	-	222	2,1	-	10.826 (100,0%)	-
	1797	13.790	95,6	+1,15	636	4,4	+4,68	14.426 (100,0%)	+1,26
	1823	18.219	95,0	+1,08	962	5,0	+1,60	19.181 (100,0%)	+1,10
Maranhão	1774	28.702	62,9	-	16.958	37,1	-	45.660 (100,0%)	-
	1798	41.987	53,2	+1,60	36.873	46,8	+3,29	78.860 (100,0%)	+2,30
	1821	68.100	44,6	+2,12	84.534	55,4	+3,67	152.634 (100,0%)	+2,91

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Fonte: 1774-1821: MELLO (2015, p. 238); **1823:** BAENA (1839, p. 341-51).

Ao tomarmos como parâmetro todo o intervalo observado (1774-1823, no Pará, e 1774-1821, no Maranhão), as taxas médias anuais de crescimento das populações escravizadas foram de 1,84% e 3,48%, respectivamente. Para efeito de comparação, cotejando os indicadores acima com os encontrados por Francisco Vidal Luna para São Paulo entre 1772 e 1829, constatamos que média da capitania paulista, de 2,19% a.a., superou a do Pará, todavia se revelou inferior à do Maranhão. De todas as macrorregiões de São Paulo, somente o Oeste Paulista apresentou taxa média de crescimento anual superior (3,86%) à da escravaria maranhense. Tampouco o Vale do Paraíba alcançou tal patamar, crescendo à 2,88% a.a., entre 1772 e 1829 (LUNA, 2009, p. 339). Essa comparação, no entanto, não pode perder de vista uma questão, a nosso ver, importante: ao contrário do que Luna e outros autores assinalaram para São Paulo, a escravaria cativa do Pará iniciou seu processo de crioulização já nas últimas décadas do século XVIII².

Em trabalho recente, analisando mapas de população produzidos nas últimas décadas do Setecentos, Bárbara Palha apontou que, mesmo durante o período de atividades regulares da Companhia Geral de Comércio, os números de escravizados nascidos no Pará superaram, em anos específicos, os de falecidos. O mapa referente a 1775, por exemplo, indica 102 nascimentos contra 90 óbitos. Já os cativos que entraram e saíram da capitania nesse mesmo ano, por meio do tráfico, perfizeram 185 e 115, respectivamente (PALHA, 2018, p. 136). Nesse sentido, conquanto os ritmos de crescimento das populações escravizadas do Pará e do Maranhão estivessem fortemente alinhados às dinâmicas específicas do tráfico de cativos para ambas as regiões, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, não podemos desconsiderar a reprodução endógena como um elemento que já contribuía para o aumento das populações escravizadas do Pará e do Maranhão.

ALÉM DA INDEPENDÊNCIA (1823-1872)

A observação acerca dos ritmos diferenciados de crescimento das populações livre e cativa do Pará, entre o final do século XVIII e o limiar do XIX, é importante na medida em que revela uma tendência que viria a se consolidar no Oitocentos: o ritmo de crescimento da população paraense, como um todo, passou a depender cada vez mais da dinâmica demográfica do seu segmento livre. Em 1823, a população escravizada do Pará (incluindo ainda o Rio Negro) atingiu um patamar de aproximadamente trinta mil escravizados, que viria a se manter relativamente estável até, pelo menos, a década de 1870 – em que pesem as perdas territoriais (Rio Negro e Turiaçu) da província, os efeitos demográficos da Cabanagem e de sucessivas epidemias, e a elevada mortalidade dos cativos nessa equação. Em 1823, os escravizados ainda perfaziam

² Em estudo anterior, analisando comparativamente as características da estrutura da posse de cativos nos dois principais redutos escravistas do Maranhão e do Grão-Pará, entre os anos de 1785 e 1850, observamos que os crioulos já perfaziam 47,3% da escravaria da Ribeira do Itapecuru (Maranhão), entre 1785 e 1824, e expressivos 72,6% no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina (Pará), entre 1810 e 1850 (MOTA; BARROSO, 2017, p. 27).

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

20% da população paraense. Seu peso relativo caiu para 18,9%, em 1848 (sem o Rio Negro); 10,0%, em 1872; e para um patamar menor na década de 1880³.

Tabela 3. Populações livre e escravizada no Grão-Pará por regiões (1823-1872)

	Regiões	Livres		Escravizados		Total
		Nº.	%	Nº.	%	
1823	Belém (núcleo urbano central)	6.772	54,2	5.715	45,8	12.487 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	22.668	65,4	11.979	34,6	34.647 (100,0%)
	Nordeste Paraense	21.570	88,5	2.794	11,5	24.364 (100,0%)
	Xingu	6.012	93,7	403	6,3	6.415 (100,0%)
	Baixo Amazonas	20.499	84,9	3.657	15,1	24.156 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	18.219	95,0	962	5,0	19.181 (100,0%)
	Cabo do Norte (Amapá)	3.153	77,4	920	22,6	4.073 (100,0%)
	Marajó	21.322	85,7	3.547	14,3	24.869 (100,0%)
	Total	120.215	80,0	29.977	20,0	150.192(100,0%)
1848	Belém (núcleo urbano central)	11.850	70,0	5.085	30,0	16.935 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	34.262	73,8	12.161	26,2	46.423 (100,0%)
	Nordeste Paraense	25.832	89,3	3.101	10,7	28.933 (100,0%)
	Xingu	5.966	92,7	469	7,3	6.435 (100,0%)
	Baixo Amazonas	24.772	86,1	3.983	13,9	28.755 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	-	-	-	-	-
	Cabo do Norte (Amapá)	3.756	67,2	1.836	32,8	5.592 (100,0%)
	Marajó	20.631	87,0	3.071	13,0	23.702 (100,0%)
	Total (exceto Rio Negro/Amazonas)	127.069	81,1	29.706	18,9	156.775 (100,0%)
1872	Belém (núcleo urbano central)	29.121	84,5	5.343	15,5	34.464 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	75.165	86,0	12.257	14,0	87.422 (100,0%)
	Nordeste Paraense	45.926	94,4	2.744	5,6	48.670 (100,0%)
	Xingu	9.773	95,9	422	4,1	10.195 (100,0%)
	Baixo Amazonas	38.907	93,7	2.596	6,3	41.503 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	56.631	98,3	979	1,7	57.610 (100,0%)
	Cabo do Norte (Amapá)	2.929	93,0	219	7,0	3.148 (100,0%)
	Marajó	45.958	92,2	3.877	7,8	49.835 (100,0%)
	Total (exceto Rio Negro/Amazonas)	247.779	90,0	27.458	10,0	275.237 (100,0%)

Fonte: 1823: BAENA (1839, p. 341-351); 1848: PARÁ (1862, p. 96); 1872: BRASIL (1876, p. 211-2).

³ Em 1885, havia 20.218 escravizaos no Pará, uma redução de praticamente um terço (31,9% ou, em números absolutos, de 9.488 cativos) em comparação a 1872. Em dezembro de 1887, às vésperas da Abolição, a população escravizada do Pará era estimada, pelo então vice-presidente da província, Francisco José Cardoso Júnior, em, pelo menos, 9.902. Trata-se, porém, de um número subestimado, por não contemplar os cativos pertencentes a localidades que agrupavam muitos escravizados, a exemplo do Acará, situado no Baixo Tocantins (BARROSO, 2017, p. 102-3).

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Apesar da manutenção do contingente cativo da província entre a década de 1820 e o início dos anos 1870, sua distribuição e seus ritmos de crescimento eram regionalmente heterogêneos. Durante o Oitocentos, o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina reuniam a maior parte da escravaria do Grão-Pará. Para os anos de 1823, 1848 e 1872, os pesos relativos dos escravizados dessas regiões, em relação ao conjunto da província, foram de 59%, 58% e 64,1%, respectivamente. Os demais encontravam-se divididos pelas outras regiões da província, com destaque para o Baixo Amazonas – conhecido pela sua tradicional e notável lavoura cacaueteira –, o Marajó – com sua característica pecuária – e o Nordeste Paraense – pela sua importante produção de algodão e de outros gêneros alimentícios diversos, que ajudavam a suprir à subsistência da própria região e parte do abastecimento de Belém. Portanto e evidentemente, a economia também condicionava a distribuição da escravaria pela província (BARROSO, 2017).

A manutenção parcial do peso relativo dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em meio à escravaria paraense, entre 1823 e 1848, e a sua ampliação, entre 1848 e 1872, a nosso ver, corroboram tanto a continuidade da importância da agricultura como atividade econômica no contexto de gestação da chamada economia da borracha, quanto a dos escravizados enquanto força de trabalho relevante nessas atividades. No entanto, se Belém perdeu poucos cativos e o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina sequer chegaram a exibir um saldo negativo em sua escravaria ao longo do século, é necessário observarmos que as escravarias dessas regiões não apresentaram crescimento substancial, seja entre 1823 e 1848, seja entre 1848 e 1872, ou em todo o intervalo observado (1823-1872). De forma a avançarmos nessa discussão, apresentamos, na Tabela 4, as taxas de crescimento anual aferidas por meio de médias geométricas – indicador mais adequado, a nosso ver, para o exame das variações regionais da escravaria paraense no Oitocentos.

Tabela 4. Taxas médias geométricas de crescimento anual da população (%) por regiões (Grão-Pará, 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872)

Região	Intervalo de anos								
	1823-1848			1848-1872			1823-1872		
	Livres	Escrav.	Total	Livres	Escrav.	Total	Livres	Escrav.	Total
Belém (núcleo urbano central)	+2,26	-0,47	+1,23	+3,82	+0,21	+3,00	+3,02	-0,14	+2,09
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	+1,67	+0,06	+1,18	+3,33	+0,03	+2,67	+2,48	+0,05	+1,91
Nordeste Paraense	+0,72	+0,42	+0,69	+2,43	-0,51	+2,19	+1,55	-0,04	+1,42
Xingu	-0,03	+0,61	+0,01	+2,08	-0,44	+1,94	+1,00	+0,09	+0,95
Baixo Amazonas	+0,76	+0,34	+0,70	+1,90	-1,77	+1,54	+1,32	-0,70	+1,11
Rio Negro/Amazonas	-	-	-	-	-	-	+2,34	+0,04	+2,27
Cabo do Norte (Amapá)	+0,70	+2,80	+1,28	-1,03	-8,48	-2,37	-0,15	-2,89	-0,52
Marajó	-0,13	-0,57	-0,19	+3,39	+0,98	+3,14	+1,58	+0,18	+1,43
Total (Exceto Rio Negro/Amazonas)	+0,88	+0,09	+0,72	+2,82	-0,33	+2,37	+1,83	-0,11	+1,53

Fonte: **1823:** BAENA (1839, p. 341-51); **1848:** PARÁ (1862, p. 96); **1872:** BRASIL (1876, p. 211-2).

Apesar do ritmo de crescimento equilibrado da população escravizada do Grão-Pará no século XIX, as escravarias de diferentes regiões da província apresentaram ritmos distintos. Entre os anos de 1823 e 1848, todas as regiões da província, exceto Belém e o Marajó, apresentaram aumento relevante, ainda que em ritmo pouco acelerado. Entre 1848 e 1872, o quadro se modificou: Belém e Marajó passaram a apresentar aumento significativo da população cativa, assim como o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, enquanto as escravarias das demais regiões apresentaram decréscimo populacional (no grupo pesquisado). Considerando os dois intervalos de observação (1823-1848 e 1848-1872), apenas a escravaria do Baixo Tocantins e Zona Guajarina não apresentou redução. Destacamos, porém, que essas regiões exibiram as taxas mais equilibradas de crescimento da população escravizada, com médias de 0,06% a.a., entre 1823 e 1848, e de 0,03% a.a., de 1848 a 1872.

Essas variações entre as regiões do Grão-Pará parecem ser sugestivas, ao mesmo tempo, do rearranjo da distribuição da escravaria paraense pelos tráficos intra e interprovincial, isso em relação a praticamente todas as regiões da província, e de uma evasão mais expressiva de cativos do Baixo Amazonas. Não dispomos de quantificações sobre os tráficos intra e interprovincial⁴, nem a respeito das fugas de cativos envolvendo toda a capitania. Porém, aquelas variações regionais nos permitem conjecturar que, sem prejuízo à atuação da reprodução endógena como elemento central da dinâmica demográfica da escravaria paraense no século XIX – especialmente, no que concerne à manutenção do contingente cativo total da província –, os tráficos intraprovincial e interprovincial, assim como as fugas, potencializaram um reordenamento parcial da população cativa paraense entre as várias regiões da província.

OUTRA ESCALA: AS DINÂMICAS PARTICULARES DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA

Ao reduzirmos a escala de observação e analisarmos especificamente as escravarias das três regiões propostas (o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina), é possível entrevermos que as diversas localidades que as compõem também apresentaram variações em seus contingentes escravizados, entre 1823 e 1872, especialmente quanto às localidades do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Algumas dessas variações foram formais, com origem na criação de novas unidades político-administrativas, como as freguesias. Outras, todavia, concernem aos distintos processos socioeconômicos experimentados por cada localidade. No caso das primeiras, procuramos identificá-las no decorrer do texto sem tecermos maiores observações adicionais. Com relação às segundas, sem o objetivo de esgotarmos os debates de localidade por localidade, buscamos lançar luz sobre como fatores conjunturais e estruturais contribuíram para as transformações nas suas escravarias.

⁴ Ver especialmente: LAURINDO JUNIOR & BEZERRA NETO (2018) e LAURINDO JUNIOR (2021).

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Tabela 5. Populações livre e escravizada de Belém e do Baixo Tocantins e Zona Guajarina (1823)

	Localidade/Freguesia	Livres		Escravizados		Total (100%)
		Nº.	%	Nº.	%	
Belém	Sé	3.024	50,7	2.942	49,3	5.966
	Santana	3.748	57,5	2.773	42,5	6.521
	Subtotal	6.772	54,2	5.715	45,8	12.487
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	Abaeté	3.711	69,4	1.639	30,6	5.350
	Acará	1.539	51,7	1.437	48,3	2.976
	Baião	1.500	76,9	450	23,1	1.950
	Barcarena	472	56,4	365	43,6	837
	Benfica	913	92,7	72	7,3	985
	Bujaru	799	46,6	915	53,4	1.714
	Cametá	8.068	85,4	1.382	14,6	9.450
	Capim	1.874	52,3	1.710	47,7	3.584
	Igarapé-Miri	1.734	48,5	1.839	51,5	3.573
	Moju	1.429	45,3	1.728	54,7	3.157
	São Miguel do Guamá	629	58,7	442	41,3	1.071
Subtotal	22.668	65,4	11.979	34,6	34.647	
Total	29.440	62,5	17.694	37,5	47.134	

Obs: As localidades elencadas reproduzem os dados referentes às freguesias homônimas, exceto nos casos das localidades de Abaeté, em que também foram consideradas as vilas de Beja e do Conde, e do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista.

Fonte: BAENA (1839, p. 341-51).

Em 1823, o núcleo central de Belém era composto por duas freguesias, com traços característicos de urbanização: Sé e Santana. O Baixo Tocantins e a Zona Guajarina eram compostos por onze localidades. Salvo a freguesia de Cametá, que àquela altura apresentava algum nível de urbanização, as demais constituíam uma paisagem essencialmente rural. Se, por um lado, a escravaria do núcleo urbano central de Belém encontrava-se bem distribuída entre as suas freguesias que o conformavam, as escravarias do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentavam um grande contraste interno: enquanto Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju concentravam 81,3% dos cativos dessas regiões, as outras cinco localidades que formavam as regiões tocantina e guajarina reuniam os 18,7% restantes. Essa desigualdade era, na verdade, efeito dos diferentes graus do dinamismo econômico daquelas seis localidades – desde, pelo menos, as últimas décadas do século XVIII.

Cametá, além de ser o principal núcleo urbano do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, era um dos principais núcleos produtores de cacau do Pará. Já Abaeté, Acará, Capim, Igarapé-Miri e Moju eram os cinco dos principais núcleos da tradicional lavoura canavieira dessas regiões e onde estavam estabelecidas algumas

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

das mais proeminentes famílias detentoras de engenhos de açúcar do Grão-Pará sete-oitocentista, a exemplo dos Corrêa de Miranda e dos Oliveira Pantoja, cujas trajetórias já são bem conhecidas pela historiografia⁵. As demais localidades (Baião, Barcarena, Benfica, Bujaru e São Miguel do Guamá), conquanto se dedicassem à produção de derivados da cana e do cacau, sobressaíam-se pela produção de gêneros alimentícios. A título de exemplo, as escravarias de Igarapé-Miri e Moju, somadas, reuniam 3.567 cativos. Esse contingente era maior que as escravarias do Nordeste Paraense, do Xingu, do Rio Negro (atual Amazonas), do Cabo do Norte (atual Amapá) e do Marajó (nesse caso, por somente vinte cativos) no ano de 1823.

Belém, que em 1848 já havia assistido à criação de mais uma freguesia (Trindade, fruto da expansão da cidade em direção ao que viria a ser, no fim da década de 1860, a paróquia de Nazaré), teve um decréscimo de 11,0% de sua escravaria em relação a 1823. Por sua vez, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina mantiveram seu contingente praticamente inalterado: um crescimento bruto de apenas 1,5% no mesmo período. Contudo, apesar da manutenção geral da escravaria tocantina e guajarina, algumas das suas localidades apresentaram variações expressivas. De um lado, as populações cativas de Igarapé-Miri e de Moju reduziram, respectivamente, 54,9% e 36,0% desde 1823; do outro, a escravaria de Cametá aumentou em 163,1% no mesmo período. Adicionalmente, destacamos que aquelas mesmas seis localidades (Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju) que concentravam 81,3% da escravaria das regiões tocantina e guajarina em 1823, assistiram ao seu peso relativo correspondente diminuir para 67,2%, em 1848.

⁵ Referimo-nos, sobretudo, aos estudos de Helder Ângelo (2012) e Marília Imbiriba dos Santos (2015).

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Tabela 6. Populações livre e escravizada de Belém e do Baixo Tocantins e Zona Guajarina (1848)

	Localidade/Freguesia	Livres		Escravizados		Total
		N	%	N	%	
Belém	Sé	6.426	66,5	3.244	33,5	9.670 (100,0%)
	Santana	3.642	71,2	1.472	28,8	5.114 (100,0%)
	Trindade	1.782	82,8	369	17,2	2.151 (100,0%)
	Subtotal	11.850	70,0	5.085	30,0	16.935 (100,0%)
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	Abaeté	4.333	77,4	1.268	22,6	5.601 (100,0%)
	Acará	2.023	58,6	1.428	41,4	3.451 (100,0%)
	Baião	2.288	95,0	120	5,0	2.408 (100,0%)
	Barcarena	1.431	68,5	659	31,5	2.090 (100,0%)
	Benfica	1.266	81,3	291	18,7	1.557 (100,0%)
	Bujaru	1.078	68,0	507	32,0	1.585 (100,0%)
	Cametá	13.841	79,2	3.638	20,8	17.479 (100,0%)
	Capim	2.655	60,0	1.770	40,0	4.425 (100,0%)
	Igarapé-Miri	984	54,3	829	45,7	1.813 (100,0%)
	Inhangapi	682	63,3	395	36,7	1.077 (100,0%)
	Moju	3.297	74,9	1.105	25,1	4.402 (100,0%)
	São Miguel do Guamá	384	71,8	151	28,2	535 (100,0%)
	Subtotal	34.262	73,8	12.161	26,2	46.423 (100,0%)
Total	46.112	72,8	17.246	27,2	63.358 (100,0%)	

Obs: As localidades elencadas reproduzem os dados referentes às freguesias homônimas, exceto nos casos do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista, e de Moju, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari.

Fonte: PARÁ (1862, p. 96).

Comparando os dados do mapa de 1848 ao mapa de 1849 – incompleto, por não ter arrolado todas as paróquias da província nesse ano – somos levados a crer que houve um subregistro da população de Igarapé-Miri naquele ano. O mapa de população de 1849 sinaliza a existência de ligeiro aumento do contingente livre e decréscimo do contingente escravizado dessa localidade – de 2.072 e 1.682 pessoas, respectivamente. A comparação com o mapa de 1849 permite-nos observar uma tendência ascendente da população escravizada de Moju (incluída a paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari), que perfazia 1.255 cativos, em 1849, e declinante da escravaria de Cametá, que totalizava 3.231 cativos nesse mesmo ano. Como o documento não apresentou a população cativa de todas as freguesias que constituíam o núcleo urbano central de Belém (só a Sé teve os seus 3.309 escravizados coligidos) a possibilidade de “criticarmos” os dados do mapa de 1848, no que concerne a essa região específica da província, acaba comprometida.

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Entre 1848 e 1872, as escravarias do núcleo urbano central de Belém e do Baixo Tocantins e Zona Guajarina cresceram, respectivamente, 5,1% e 0,8% – diante de um quadro de decréscimo geral da escravaria paraense (7,6%). Nesse intervalo, foi criada outra paróquia no núcleo urbano central de Belém, Nazaré, que, em 1872, já reunia 28,9% dos cativos da cidade. No mesmo intervalo, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, por sua vez, presenciaram a criação de duas novas localidades: Mocajuba, advinda de Cametá, e Mosqueiro, uma das ilhas que circundam Belém. A criação da nova freguesia urbana de Nazaré, bem como a criação das novas paróquias de Mocajuba e Mosqueiro provavelmente foram efeito da expansão de regiões efetivamente povoadas do Grão-Pará, cujo desenvolvimento esteve atrelado, em grande medida, ao crescimento acentuado da sua população livre promovido pela migração, à taxa média de 2,82% a.a., entre 1848 e 1872.

100

Tabela 7. Populações livre e escravizada de Belém e do Baixo Tocantins e Zona Guajarina (1872)

	Localidade/Freguesia	Livres		Escravos		Total
		Nº.	%	Nº.	%	
Belém	Sé	13.401	85,2	2.325	14,8	15.726 (100,0%)
	Santana	6.942	90,6	717	9,4	7.659 (100,0%)
	Trindade	5.908	88,6	759	11,4	6.667 (100,0%)
	Nazaré	2.870	65,0	1.542	35,0	4.412 (100,0%)
	Subtotal	29.121	84,5	5.343	15,5	34.464 (100,0%)
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	Abaeté	7.424	79,2	1.954	20,8	9.378 (100,0%)
	Acará	5.125	86,6	792	13,4	5.917 (100,0%)
	Baião	4.242	95,5	199	4,5	4.441 (100,0%)
	Barcarena	3.764	85,4	645	14,6	4.409 (100,0%)
	Benfica	3.260	90,6	337	9,4	3.597 (100,0%)
	Bujaru	3.890	91,4	364	8,6	4.254 (100,0%)
	Cametá	18.713	88,5	2.436	11,5	21.149 (100,0%)
	Capim	6.763	83,5	1.333	16,5	8.096 (100,0%)
	Igarapé-Miri	6.383	75,3	2.099	24,7	8.482 (100,0%)
	Inhangapi	1.545	83,4	307	16,6	1.852 (100,0%)
	Mocajuba	2.847	88,0	387	12,0	3.234 (100,0%)
	Moju	5.362	90,1	589	9,9	5.951 (100,0%)
	Mosqueiro	3.443	88,9	429	11,1	3.872 (100,0%)
São Miguel do Guamá	2.404	86,2	386	13,8	2.790 (100,0%)	
Subtotal	75.165	86,0	12.257	14,0	87.422 (100,0%)	
Total	104.286	85,8	17.600	14,4	121.886 (100,0%)	

OBS: As localidades elencadas reproduzem os dados referentes às freguesias homônimas, salvo no caso de Abaeté, em que também foi considerada a paróquia de São Miguel de Beja; de Cametá, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Tocantins; do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista; e de Moju, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari.

Fonte: BRASIL (1876, p. 211-12).

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Os dados da Tabela 7 revelam uma concentração especialmente acentuada da população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, não mais em seis, porém em três localidades: Abaeté, Cameté e Igarapé-Miri. Juntas empregavam 40,6% e 47,2% da escravaria das regiões tocantina e guajarina, respectivamente, nos anos de 1823 e 1848, e passaram a concentrar mais da metade (52,9%) dos cativos, em 1872. Tal concentração demonstra a ascensão e a consolidação dessas localidades como as economicamente mais dinâmicas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina; nos casos de Abaeté e de Igarapé-Miri, com um dinamismo econômico relacionado à produção de derivados da cana-de-açúcar, e de Cameté, ao cacau. Por outro lado, algumas localidades, outrora destacadas por suas grandes escravarias, como Acará e Moju, experimentaram uma expressiva redução de suas escravarias de, respectivamente, 44,5% e 46,7%, em relação a 1848.

Na Tabela 8, encontram-se as taxas médias de crescimento anual da população das localidades das três macrorregiões em tela, tendo, como referência, os intervalos de 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872. As variações de ritmo de crescimento das freguesias urbanas e das localidades rurais tocantinas e guajarinas corroboram grande parte das tendências apontadas, especialmente quanto ao incremento do peso relativo das escravarias de Abaeté, Cameté e Igarapé-Miri, entre 1848 e 1872. Das localidades do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina com populações escravizadas maiores que 500 cativos, somente essas três manifestaram aumento populacional em todo o intervalo de observação (1823-1872). As escravarias dessas localidades cresceram a taxas médias de, respectivamente, 0,36% a.a., 1,16% a.a. e 0,27% a.a., no interstício. Ritmos de crescimento, por certo, maiores que o encontrado nas regiões tocantina e guajarina como um todo.

Tabela 8. Taxas médias geométricas de crescimento anual da população (%) por localidades/freguesias (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina) – 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872

	Localidade/ Freguesia	Intervalos de Anos								
		1823-1848			1848-1872			1823-1872		
		Livres	Escrav.	Total	Livres	Escrav.	Total	Livres	Escrav.	Total
Belém	Sé	+3,06	+0,39	+1,95	+3,11	-1,38	+2,05	+3,08	-0,48	+2,00
	Santana	-0,11	-2,50	-0,97	+2,72	-2,95	+1,70	+1,27	-2,72	+0,33
	Trindade	-	-	-	+5,12	+3,05	+4,83	-	-	-
	Nazaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	+2,26	-0,47	+1,23	+3,82	+0,21	+3,00	+3,02	-0,14	+2,09
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	Abaeté	+0,62	-1,02	+0,18	+2,27	+1,82	+2,17	+1,43	+0,36	+1,15
	Acará	+1,10	-0,03	+0,59	+3,95	-2,43	+2,27	+2,49	-1,21	+1,41
	Baião	+1,70	-5,15	+0,85	+2,61	+2,13	+2,58	+2,14	-1,65	+1,69
	Barcarena	+4,54	+2,39	+3,73	+4,11	-0,09	+3,16	+4,33	+1,17	+3,45
	Benfica	+1,32	+5,75	+1,85	+4,02	+0,61	+3,55	+2,63	+3,20	+2,68
	Bujaru	+1,21	-2,33	-0,31	+5,49	-1,37	+4,20	+3,28	-1,86	+1,87
	Cameté	+2,18	+3,95	+2,49	+1,26	-1,66	+0,80	+1,73	+1,16	+1,66
	Capim	+1,40	+0,14	+0,85	+3,97	-1,17	+2,55	+2,65	-0,51	+1,68

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

Igarapé-Miri	-2,24	-3,14	-2,68	+8,10	+3,95	+6,64	+2,70	+0,27	+1,78
Inhangapi	-	-	-	+3,47	-1,04	+2,28	-	-	-
Mocajuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moju	+3,40	-1,77	+1,34	+2,05	-2,59	+1,26	+2,74	-2,17	+1,30
Mosqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel do Guamá	-1,95	-0,10	-2,74	+7,94	+3,99	+7,12	+2,77	-0,28	+1,97
Subtotal	+1,67	+0,06	+1,18	+3,33	+0,03	+2,67	+2,48	+0,05	+1,91
Total	+1,81	-0,10	+1,19	+3,46	+0,08	+2,76	+2,61	-0,01	+1,96

Fonte: 1823: BAENA (1839, p. 341-51); 1848: PARÁ (1862, p. 96); 1872: BRASIL (1876, p. 211-2).

102

As variações são sugestivas de que, apesar de a reprodução endógena ter se desvelado um elemento-chave para a manutenção do contingente cativo do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, em particular, e da província do Pará em geral (BARROSO, 2017), é bastante provável que o crescimento demonstrado por Abaeté, Cameté e Igarapé-Miri revele ter havido algum nível de deslocamento de cativos em direção a essas localidades. Trata-se, porém, de indicações da existência de um rearranjo espacial da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, operado pelo tráfico intra e interprovincial, assim como por deslocamentos populacionais que não necessariamente podem ser classificados como tráfico, os quais ainda carecem de atenção por parte da historiografia regional, motivados por partilhas de bens e mudanças de proprietários, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES QUASE QUE FINAIS

Neste artigo, analisamos a dinâmica populacional dos escravizados estabelecidos no Pará entre o final do século XVIII e a década de 1880. Primeiramente, mostramos a efetividade do tráfico de cativos direcionado à região. Em segundo lugar, procuramos evidenciar que, apesar do elevado crescimento da população livre e do decréscimo da população escravizada de várias regiões do Grão-Pará, no decurso do Oitocentos, os contingentes cativos de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina restaram pouco alterados até pelo menos o fim da década de 1870. Tal quadro foi ainda matizado ao indicarmos a existência de variações, por vezes expressivas, nas escravarias das diversas freguesias (no caso de Belém) e localidades (no caso do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina) que integraram essas regiões ao longo do século XIX. Essa caracterização nos colocou diante de duas questões centrais: 1) a agricultura manteve a sua importância econômica ao longo do século XIX e 2) o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina mantiveram suas escravarias.

No que respeita à questão demográfica, a tese de que a reprodução endógena consubstanciou a força-motriz da dinâmica demográfica da escravidão no Grão-Pará oitocentista ainda necessita de aprofundamento. Embora as variações nas populações escravizadas do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

da Zona Guajarina, vislumbradas em conjunto com outros indicadores apresentados, assinalem nessa direção, a comprovação dessa tese carece de uma análise conjugada com as características dessa escravaria, de acordo com o sexo, a idade e a origem, bem como com os níveis de fecundidade das mulheres escravizadas das regiões examinadas. Essa análise, levada a cabo nos termos de seu mútuo condicionamento e não como mera relação de causa e consequência, deve continuar a ser explorada pela historiografia.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. 179f.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Belém: Typografia de Santos & menor, 1839. 617f.
- BARROSO, Daniel Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 342f.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012. 256f.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. v. 1. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger: Tip. Commercial, 1876. 140f.
- CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, jul.-dez. 2006.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-93.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Orgs.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 335-413.
- MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774-1821. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 16, p. 227-53, 2015.
- MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785- 1850). *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 425f.

Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História*, São Paulo, v. 37, p. 1-30, 2018.

PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862. 91f.

PALHA, Bárbara da Fonseca. Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750 – c. 1850). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. 358f.

SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. Família, trajetórias e Inquisição: mobilidade social na Amazônia Colonial (c.1672-c.1805). Tese (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Centro de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020. 367f

104

Texto recebido em: 08/05/2023

Texto aprovado em: 01/06/2023

